

ARTIGO

A PRODUÇÃO DO GAY PADRÃO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL COMO FENÔMENO BIOPOLÍTICO NORMATIZADOR

LEONARDO DA SILVA MARTINELLI

Doutor em História pela UFSC

Email: leonardos.martinelli@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7664-0133>

ROGÉRIO LUIZ KLAUMANN DE SOUZA

Prof. Dr. do Departamento e Programa de

Pós-Graduação em História da UFSC

Email: rogerklaumann@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0097-7466>

RESUMO: O presente artigo visa aprofundar a análise teórica sobre a biopolítica foucaultiana e sua contribuição para a compreensão das homossexualidades no final do século XX, no Brasil, especialmente o seu papel na fabricação do *gay padrão* e na sua inserção humanizada na sociedade. Esse processo normatizador e normalizador produziu uma norma de ser gay aceitável socialmente e fez parte de um fenômeno biopolítico transnacional. Ao empreender a investigação dos vestígios e das tecnologias de poder presentes na imprensa e na mídia, analisaram-se as produções de subjetividades, corporalidades e identidades de gênero sobre sujeitos que possuíam suas próprias singularidades marcadas por traços históricos e culturais do contexto brasileiro, bem como pelas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no período.

PALAVRAS-CHAVE: biopolítica; gay padrão; normatização;

THE PRODUCTION OF THE CONTEMPORARY GAY STANDARD IN BRAZIL AS A NORMALIZING BIOPOLITICAL PHENOMENON

ABSTRACT: This article aims to deepen the theoretical analysis of Foucauldian biopolitics and its contribution to the understanding of homosexualities at the end of the twentieth century in Brazil, especially its role in the fabrication of the *gay standard* and its humanized insertion in society. This normative and normalizing process produced a socially acceptable norm of being gay and was part of a transnational biopolitical phenomenon. By undertaking the investigation of the traces and technologies of power present in the press and media, we sought to analyze the productions of subjectivities, corporalities and gender identities on subjects who had their own singularities marked by the historical and cultural traits of the Brazilian context, as well as the social, political and economic transformations that occurred during the period.

KEYWORDS: biopolitics; standard gay; normatization;

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v82p512-539>

Recebido em: 09/09/24

Aprovado em: 02/11/24



Considerações iniciais

Andar pela cidade; frequentar algum bar; assistir a um filme, a um programa de televisão, a um comercial; folhear uma revista ou acessar aplicativos de interação social e/ou namoro como *Instagram*, *Tinder*, *Grindr*, *Hornet* e outros são situações que permitem contatar várias pessoas, dentre as quais um sujeito que é tido como o padrão de beleza gay, o mais cobiçado, invejado e visado para um flerte ou um relacionamento. Esse sujeito possui características específicas que visualmente o distinguem dos demais gays¹, possuindo um corpo “malhado”, uma expressão performativa cisgênero, roupas geralmente de grifes ou tendências do momento, barba e cabelo aparados. Se fizer uma busca rápida nas suas redes sociais possivelmente se constatará que este sujeito tem um apreço por academia, frequenta determinados bares e baladas e curte postar fotos geralmente despido para ostentar seu corpo lapidado mediante os intensos exercícios físicos que faz. Na linguagem atual usada nas redes, costuma “biscoitar”, ou seja, postar fotos chamando a atenção, querendo aparecer com um certo tom de deboche, oferecendo-se como um “biscoito” a ser provado e, quem sabe, saboreado. Além disso, não é difícil observar também nas situações citadas pessoas que estão labutando e fazendo de tudo² para se aproximarem dessa invenção arquetípica, em busca de um caminho que as tornem igualmente assim.

O *gay padrão* que já foi chamado de *barbie* – uma tribo específica na comunidade homossexual dos anos 1990 – nem sempre existiu. Foi um sujeito produzido através de um fenômeno biopolítico transnacional³ que, na

¹ Ao usar esta expressão, faz-se referência aos sujeitos com desejos homoeróticos e, sobretudo de uma forma didática, para recortar o grupo que se faz alusão. Contudo, gay é uma identidade que pode ser assumida ou não pelos sujeitos adeptos do desejo homoerótico.

² Refere-se aqui ao paradigma do corpo idealmente normalizado que é capturado pela indústria farmacêutica e transformado também pela ampla gama de procedimentos estético-cirúrgicos e enzimáticos disponíveis. Tal fenômeno complexo e multifacetado, caracteriza-se por uma busca incessante por conformidade aos padrões estéticos e corporais preconizados pela sociedade contemporânea neoliberal, resultando, muitas vezes, em repercussões prejudiciais à vida e à saúde.

³ A emergência do gay padrão objeto dessa análise é entendida como parte de um fenômeno biopolítico ocorrido no Brasil entre a década de 1980 e 1990, produzido a partir de uma operação de normatização gay configurada a partir da cultura sexual do país, historicidade e conjuntura da época. Não foi um processo nativo, mas conectado a globalização da cultura gay estadunidense difundida após a Segunda Guerra Mundial (D'EMÍLIO, 1983) e que pode ser constatada em outros territórios como destaca Drucker (2017). Essas transformações precisam ser entendidas como parte de uma perspectiva global que considere esse fenômeno como parte de um processo amplo de circularidade cultural com assimilações, ressignificações,

conjuntura dos anos 1980 e 1990 no Brasil, assumiu o topo de uma “hierarquia homossexual”, sendo aceito e reconhecido dentro de uma normalidade socialmente fabricada e servindo, a partir daí, como referência e objeto do desejo homoerótico. Passou a propagar sua masculinidade subalternizada em relação aos heterossexuais, segundo Connell (2003), mas gozando de um status privilegiado no universo homossexual, inclusive despertando o interesse de algumas mulheres, já que esses mesmos sujeitos são capazes de performar outras maneiras de ser masculino e ser homem.

A partir da análise histórica das últimas décadas do século XX e das transformações ocorridas, será problematizada teoricamente a construção desse sujeito e sua inserção na sociedade brasileira de uma forma biopoliticamente racionalizada, sendo, por isso, melhor aceito e inserido do que os demais gays. O arcabouço teórico de Michel Foucault será acionado para compreender esse processo. A partir dessa perspectiva, reconhece-se que foi somente no contexto histórico brasileiro das últimas décadas do século XX que se estabeleceram e se impuseram padrões normativos e normalizadores de corporalidade, subjetividade e identidade para que um determinado sujeito gay fosse idealmente permeável e concebido para melhor ser assimilado e orientado, a fim de se garantir uma biopolítica de manutenção social desejável e estar dentro da normalidade requerida. Essa dinâmica envolveu a internalização e conformidade deste sujeito a normas sociais, morais e culturais específicas, as quais foram articuladas e mantidas pela imprensa e mídia em geral, e garantidas pelas demais instituições de poder.

Assujeitamentos, protagonismos, identificações

A construção de uma identidade homoerótica no Brasil foi um processo permeado de muitas tensões, sendo inicialmente produzida e positivada em grupos de sociabilidade constituídos em torno do desejo homoerótico compartilhado pelos integrantes. Há evidências de tentativas de organizar

deslocamentos, reinvenções. Conrad (2022) contribui na medida em que aponta a necessidade de uma análise transnacional para compreender a fabricação do corpo masculino ideal e belo da contemporaneidade, ou seja, o corpo viril e musculoso que o gay padrão vai ostentar e consumir no período abarcado.

associações, congressos nacionais para discutir assuntos referentes às homossexualidades, com um viés mais politizado, porém, todas foram interditadas (MORANDO, 2018). Essas ações de censura dificultaram a organização política de um grupo que poderia fazer frente ao discurso e às instituições heteronormativas. A historiografia comumente atribui ao “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, criado em 1978, em São Paulo, o pioneirismo por sua ação política organizada. Por outro lado, deve-se ter o cuidado com eventos que se tornaram mitos fundadores, pois podem ser reproduzidos de maneira acrítica (Rodrigues, 2023) e apagar um passado e uma ancestralidade de lutas e ações em benefício das pessoas homossexuais.

Se as práticas homoeróticas existem desde a pré-história, a homossexualidade é um fenômeno recente, do século XIX, como pontuou Foucault (2020a). Evidentemente existem continuidades nesse processo histórico, mas também rupturas e é preciso atentar a essas transformações para não incorrer no erro de pensar tais relações e sujeitos como parte de um *continuum* que sempre existiu e sempre existirá. As pessoas mudam, não permanecem as mesmas o tempo todo e a maneira como compreendem a si mesmas sofre variações e alterações no tempo e no espaço.

A partir da segunda metade dos anos 1970, as pessoas passaram a assumir a homossexualidade no Brasil, ou seja, a conhecer essa identidade, a se identificar através dela e a se ver como tal. Eram parte, portanto, de um grupo considerável de pessoas que, como se dizia na época, compartilhava do desejo por pessoas do mesmo “sexo”. Era um “tempo de assumir” a homossexualidade, aprender a ser homossexual (Souto Maior Júnior, 2019). Até então, os homossexuais masculinos identificavam-se e/ou eram identificados por outras expressões como: bicha, bofe, viado, marica, puto, gay, entre outras. Eram terminologias que em si já faziam referência a um grupo de pessoas dissidente daquelas tidas como “normais”, cisgênero e heterossexuais que tinham respaldo no discurso religioso judaico-cristão dominante (“Deus criou as pessoas desta forma”) e no discurso científico do período (“o natural é que seja assim”).

O desejo por pessoas do mesmo “sexo” foi utilizado como elo para unir todas as pessoas que compartilhavam desse sentimento e que desenvolveram estratégias de sociabilidade para poder reunir-se, divertir-se e consumir seus desejos em espaços delimitados, distanciando-se daqueles

frequentados pelas demais pessoas, posto que nestes lugares as relações homoeróticas eram mal vistas e não aceitas. Tratava-se de uma forma de sobrevivência de um coletivo numa época em que tais vivências e existências eram tidas como anormais e, por isso, socialmente marginalizadas.

A convivência com um grupo coletivo fez com que os sujeitos assumissem para si características que estavam sendo compartilhadas: modos de ser, de agir, de falar, de vestir. Tudo isso ajudou a compor as suas identidades, levando esses sujeitos, inclusive, a reproduzirem tais hábitos em outros espaços. O conhecimento desses códigos por parte da população podia indicar que tal pessoa era bicha, viado, puto, homossexual, porém isso não era algo coeso. As pessoas podiam se identificar com algumas características e não com outras. Embora a etiqueta de uma identidade homossexual fosse apresentada para todos, havia aqueles sujeitos que não ficavam presos a ela e tampouco se lhe assujeitavam. Pode-se dizer que está aí presente uma pluralidade subjetiva que precisa ser considerada e, por essa razão também, uma ideia de assujeitamento que precisa ser ponderada. Se de um lado há uma tentativa de moldar um sujeito homossexual segundo os postulados de um grupo, por outro há de se considerar aqueles que não permitiam ser moldados tal qual lhes era demandado.

Desde o século XIX existe uma representação de que homossexual é “uma mulher presa no corpo de um homem” e vice-versa (Green, 2022). A partir dessa ideia que circulou mundo afora ficava mais explícito identificar um homossexual, pois tratava-se daquele que performatizava uma expressão de gênero dissonante daquela que lhe era esperada socialmente, ou seja, homens efeminados e mulheres masculinizadas. Mas e as pessoas cisgênero? Estas tendiam a passar por homens e mulheres socialmente, o que em outras palavras quer dizer que eram tidas como heterossexuais, logo seriam supostamente normais. Não havia uma diferenciação entre gênero, sexualidade e orientação sexual. “Invertidos” ou “terceiro sexo” eram termos usados desde aquela época em referência as pessoas homossexuais. E cabe destacar que a difusão da identidade homossexual passou a ser mais recorrente no Brasil após a epidemia do hiv-aids; até então outras identidades eram compartilhadas a partir de expressões populares (Parker, 2002).

Na década de 1980, com o hiv-aids, ocorreu um “tempo de visibilidade” das homossexualidades no país, conforme observado por Souto Maior Júnior

(2019), pois essas vivências na sociedade passaram a ser midiaticizadas, ampliando o seu destaque para o centro da atenção pública e conferindo-lhes uma visibilidade sem precedentes. Esse contexto não apenas mostrou as nuances das experiências homossexuais, mas também sinalizou de maneira mais explícita que se tratava de um grupo de dimensões consideráveis, desmistificando a noção preconcebida de ser um grupo restrito. É crucial salientar que essa fase não apenas confrontou o estigma que rodeava a epidemia, mas também catalisou uma transformação cultural ao abrir espaço para a percepção sobre as distintas facetas das identidades sexuais na sociedade.

Durante a década de 1990, notadamente, consolidou-se a prática do *outing*, conhecida como “tirar as pessoas do armário”. Essa abordagem consistia em tornar público que determinada pessoa estava envolvida em práticas homoeróticas e/ou era homossexual, embora não tivesse assumido essa identidade socialmente, não era “assumida”. Em outras palavras, a prática ou o desejo diria quem realmente o sujeito seria. Aqui é interessante atentar que a pessoa por mais suspeita que fosse de ser homossexual, ainda passava por heterossexual socialmente se fosse cisgênero, de modo que compartilhar um desejo não a tornava parte de uma comunidade se outras características não fossem reproduzidas, se ela não se identificasse, se não se visse como integrante, não reproduzisse práticas sociais e políticas que lhe fossem demandadas pelo grupo.

Essas características de que se está falando talvez sejam resquícios da sujeição cristã sobre as carnes, da cisão do sujeito e da construção do sujeito de desejo pelo cristianismo, em que um outro sujeito (o pastor) dirá o que você é com base num “eu” interno que o habitaria. Ademais, esse outro sujeito (o pastor) o guiaria para se fazer compreender a si mesmo, pois você não saberia nada de si, precisaria ser examinado por outrem, em vista de uma construção da subjetividade de si que depende de um outro (o pastor) para dizer quem você é, mas que antes precisa da sua confissão para ser capturado, conhecido e assujeitado por essa forma de exercício do poder (Foucault, 2020b). A questão aqui não é negar a importância das identidades na vida das pessoas, sobretudo a de homossexuais, tendo em vista seu papel articulador na luta política para conquistar direitos sociais que são fundamentais para essas pessoas. O que se está dizendo é que isso é uma construção e como tal é

preciso compreender como ela é produzida, solidificada, difundida, criticada, defendida. Ela é resultado de um processo histórico que não pode ser tomado como um dado inquestionável ou imutável.

A partir do exposto, deve-se pensar nas ações dos sujeitos, tanto daqueles que foram assujeitados por tecnologias de si produzindo subjetividades, quanto daqueles que compartilham destes traços culturais, mas que constroem outras subjetividades. É tênue a fronteira que separa o assujeitamento do protagonismo pelos sujeitos, sendo que tais limites podem ser transpostos e interferir na maneira como os sujeitos se identificam e nas demandas que esse pertencimento vai exigir dos seus semelhantes.

Ao pesquisar a fabricação histórica do *gay padrão* na sociedade brasileira, Martinelli (2023) sustentou a tese de que não havia norma para ser gay antes de 1985. A partir das suas análises destacou que não havia o reconhecimento por parte da sociedade ou de instituições quanto a uma possível normalidade ou norma, pois o homossexual era visto de forma predominante até a penúltima década do século XX como um doente, um anormal. Ser anormal é não fazer parte da norma, é desviar-se da norma. Se os sujeitos homossexuais procurassem um médico possivelmente lhe seriam indicados tratamentos visando corrigir aquilo que a Classificação Internacional de Doenças (CID) destacava na época como “desvio e transtornos sexuais” (LAURENTI, 1984). Profissionais da saúde que seguissem à risca as recomendações oficiais da categoria iriam proceder dessa forma. Outros que por ventura tivessem contato com pesquisas e outras orientações internacionais poderiam pensar diferente; no entanto, a racionalidade científica no Brasil, especialmente da área da medicina, que gozava de um status e de uma autoridade privilegiada na construção do saber sobre os corpos sexuais, até meados de 1985, permaneceu insistindo nessa classificação.

A norma seria aquela referendada e ordenada por vários discursos (religioso, médico, jurídico) baseados em uma racionalidade considerada científica, mas que se fundamentava nos resquícios da formação cristã daqueles profissionais da saúde e da disseminação desses discursos, usando a natureza, a procriação e a degenerescência como justificativas naturais para operar tais diferenciações. Tratavam-se de discursos que apresentavam muitas inconsistências do ponto de vista teórico e científico, abordando

variáveis como dados e não como categorias de análise, mas que naquele momento prevaleciam enquanto componentes racionais na produção e difusão de saberes em torno da questão homossexual.

A norma vigente na época para todas as pessoas seria, de fato, expressa por aquilo que atualmente se denomina como cisheteronormatividade. O indivíduo nasce com carnes sexuadas que irão maturar à medida que ele cresce, sendo que diferentes pedagogias irão incidir na construção do menino para tornar-se homem, seguindo os códigos culturais de uma determinada sociedade e época (Louro, 2020). Ele supostamente deve crescer e ter uma expressão performativa (Butler, 2017) cisgênero, ou seja, comportamentos, atitudes, trejeitos, fala, maneira de pensar e agir dentro daquilo que a sociedade da qual faz parte entende como masculino. Além disso, crescendo sob esses preceitos deverá desejar mulheres, construir uma família e ser responsável por passar adiante tais ensinamentos. Tudo isso tido majoritariamente como algo espontâneo, comum. Esta era a norma, os preceitos a que todos deviam seguir. Expressar o oposto, revelando traços de efeminação e/ou sentindo desejo por outros homens, significava não fazer parte da norma forjada socialmente e ser considerado um desviante, fora da normalidade discursiva e racional, um ser, portanto, anormal.

É por isso que as demandas para integrar a identidade homossexual são compreendidas como princípios a seguir e, assim, ser reconhecido como um integrante. Trata-se de um aprendizado com os demais que contribui para que o sujeito se identifique através dessa identidade, mas não se trata de uma norma, um modelo e comportamento estático definido por um poder normatizador (Foucault, 2008) e que deva ser seguido por todos. Isto porque o ligamento que une e que dá sentido a uma ideia de comunidade da qual todos fariam parte é o desejo homoerótico. Esse reconhecimento pelo grupo – caso o sujeito tenha esse desejo, mas não reproduza outros componentes tidos como extensivos – é distinto daquele reconhecimento pela sociedade, permanecendo um sujeito que está fora da norma cisheteronormativa.

A fabricação da normalidade gay

Até 9 de fevereiro de 1985⁴ as homossexualidades eram consideradas doença no Brasil. A racionalidade científica da área da saúde referendava esse entendimento, por mais que na sociedade houvesse críticas quanto ao código que a classificava como “desvio e transtorno sexual”. Setores da sociedade foram mobilizados pela liderança do Grupo Gay da Bahia (GGB) para rever essa categorização que, através da militância política desse e de outros grupos sociais, reuniram personalidades para se juntar à causa e realizar um abaixo-assinado que obteve cerca de 16 mil assinaturas (Mott, 2011). E cabe destacar que foi uma reivindicação política com base na documentação difundida pelos organismos internacionais de saúde e direitos humanos e nas ações afirmativas adotadas por outros países. Tratava-se mais de uma vitória política em uma sociedade conservadora do que de uma tese inédita que comprovasse o que já se sabia, ou seja, o sujeito homossexual considerado anormal nada mais era do que um construto social de marginalização e de negação de individualidade em sua oposição ao cisheteronormativo considerado normal.

Após essa conquista não era mais plausível nem racional do ponto de vista científico-médico dizer que pessoas homossexuais eram doentes. E cabe lembrar que este era um discurso muito potente na sociedade, pois a maioria das pessoas não questionava esse saber, mas o acatava e o reproduzia. Com o passar do tempo tal informação foi sendo difundida e se tornou de conhecimento amplo da população. Outros discursos permaneceram negando tal posituação, especialmente o discurso religioso cristão e o seu lastro na colonização das mentes das pessoas.

Nesse ínterim, buscou-se, enfim, construir e pautar um tipo-ideal de normalidade homossexual, haja vista a herança cultural impregnada na sociedade brasileira e em suas instituições que ainda demandavam dos sujeitos a cisgeneridade e a heterossexualidade. Afinal, tais comportamentos e pensamentos culturais eram condizentes com aquilo que se esperava por

4 Utiliza-se esta data, pois foi quando o Conselho Federal de Medicina através de uma Sessão Plenária retirou o código que classificava a homossexualidade como uma doença no Brasil.

parte dos sujeitos com base nas carnes sexuadas visibilizadas ao nascer e normalizadas ao longo das suas vidas.

Entre a década de 1980 e 1990 várias transformações ocorreram no Brasil. Os novos movimentos sociais da segunda metade da década de 1970, sobretudo, sinalizavam novas militâncias em torno de existências e vivências outras. O fim da Ditadura Militar criava a expectativa de que a liberdade e a democracia retornariam ao país e que a partir daí fosse possível reivindicar direitos até então interditados, sobretudo com relação ao tratamento que foi dado às homossexualidades e transgeneridades no período (QUINALHA, 2017). A assunção da identidade homossexual passou a emergir e difundir-se. A epidemia do hiv-aids contribuiu para tornar as homossexualidades mais visíveis, apesar do discurso médico dominante tê-las culpabilizado e apresentado como a principal causa da disseminação do vírus e da doença. Revistas eróticas passaram a veicular corpos de rapazes para que fossem consumidos, desejados e objetificados pelo público leitor, especialmente o homossexual. A censura foi enfraquecendo e os novos tempos com suas transformações não puderam ser barrados.

O hiv-aids cobrou um preço elevado das pessoas homossexuais, pois a midiaticização acabou por gerar uma morte prematura do sujeito, ou seja, uma morte civil que antecedia a biológica. Herbert Daniel (1991) estimou que o pânico mataria mais do que a própria doença em si, referindo-se à quantidade de notícias que circulou e o quanto a sua proliferação e divergências nas informações causaram socialmente, incidindo na morte precoce dessas pessoas. Para Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009) ocorreu uma repatologização das sexualidades dissidentes.

A imprensa de todos os cantos do país noticiou sobre o hiv-aids. Para se ter uma ideia do crescimento dessas publicações no decorrer do tempo, toma-se como exemplo a revista *Veja*. Através da análise de todas as publicações por ela veiculadas desde a despatologização da homossexualidade (9/2/1985) até o fim do ano de 1996, contabilizou-se a presença dessa discussão em: 30 edições em 1985, 25 edições em 1986, 40 edições em 1987, 31 edições em 1988, 25 edições em 1989, 10 edições em 1990, 11 edições em 1991, 19 edições em 1992, 22 edições em 1993, 23 edições em 1994, 21 edições em 1995 e 22 edições em 1996 (Martinelli, 2023).

Os dados compilados mostram o crescimento de menções, sobretudo na década de 1980, com uma queda no começo dos anos 1990, seguida de um leve acréscimo. Cabe destacar que boa parte dessas publicações citavam pessoas homossexuais, pois inicialmente foram tidas como “grupo de risco” da doença, associação que acabava vinculando e reforçando a ideia de doença-homossexualidade.

A visibilidade que o tema teve é perceptível pelos dados aqui demonstrados, mas é preciso considerar a forma com que as publicações abordaram o tema, já que o discurso de morte acionado não apenas causou pânico, como também fez parte de uma pedagogia do medo da morte que se sintonizou a outras transformações simultâneas (corpo, subjetividade, desejo, mercado) que produziram a operação de normatização gay e, por conseguinte, o *gay padrão*.

Foucault (2008) fornece lentes conceituais para entender esse processo, pontuando que o poder soberano a partir do século XVIII foi exercido sobre os aspectos biológicos da vida humana e concentrou-se sobre a população, não mais exclusivamente sobre o indivíduo, mobilizando esforços estatísticos no fazer viver e/ou no deixar morrer dos grupos populacionais. As primeiras iniciativas tomadas contra o hiv-aids no Brasil foram feitas pelos próprios grupos homossexuais, em suas tentativas de alcançar meios para conscientizar a população em geral. O governo tardou em tomar medidas preventivas contra essa terrível epidemia, cuja demora e menor atenção dada foi justificada estatística e biopoliticamente pelos números iniciais baixos de vitimados em relação a outras doenças que estavam sendo enfrentadas na época (A MULTIPLICAÇÃO, 1985). Ademais, o público mais atingido era o homossexual e não se pode descartar esse descaso inicial, pois era oriundo também da discriminação contra essas pessoas. Tem-se aqui uma escolha biopolítica se transmutando em ação explícita de necropolítica.

Cartas enviadas às revistas da época, como a semanal *Veja*, indicavam que alguns leitores e algumas leitoras compreendiam a doença como um castigo divino que recaía sobre esse grupo por suas práticas. Seriam supostamente culpados pelo que estava acontecendo a eles próprios.

Jackson R. A. Santos enviou uma carta que foi publicada na *Veja* argumentando:

Tenho certeza que a reportagem sobre a AIDS respondeu a todas as interrogações dos leitores. Gostaria de acrescentar que a Bíblia já mencionava, em Romanos, capítulo 1, versículo 27, o seguinte: “E semelhante, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro” (Cartas, 1985b, p. 10).

Veja integrava os veículos da grande imprensa escrita nacional (LUCA, 2012). Fazia parte do grupo de impressos que mais circulou no país, mantendo-se no mercado e possuindo um aparato técnico e organizacional que permitia que chegasse a vários lares. Os comentários de retorno à revista sinalizavam a apreciação das reportagens por parte do público leitor e, neste caso aqui apresentado, uma apreciação negativa. O discurso religioso cristão que foi acionado pelo leitor serviu de justificativa para corroborar a reportagem e vinculá-la ao seu discurso, bem como para reforçar e demonstrar a aversão às vivências e práticas homoeróticas. Como já foi dito, estas pessoas homossexuais não eram mais consideradas doentes pelo discurso científico, porém outros discursos ordenadores e normalizadores da sociedade permaneciam discriminando essa população.

Outros leitores enviaram cartas criticando as reportagens, os cientistas que foram entrevistados e até mesmo a direção da revista *Veja*. Claudio Castelo Filho pontuou: “Assusta-me ver a maneira preconceituosa e sensacionalista com que VEJA e cientistas estão lidando com a AIDS. Dizer que esta é uma doença ligada ao homossexualismo é negar o fato de que vírus não escolhe vítima” (Cartas, 1985a, p. 10). Para Claudio, a ideia de que os homossexuais eram um “grupo de risco” era equivocada e muitas das formas abordadas para se referir à doença foram acusadas de sensacionalismo por causarem mais problemas do que precauções ou soluções. Não tardou para que as pessoas compreendessem que o vírus não selecionava quem atingia, mas a demora em contê-lo fez com que ele se expandisse para toda a população, modificando os comportamentos sociais e sexuais.

Numa sociedade biopolítica os sujeitos viram números. Os dados estatísticos são usados para gerir as políticas de governamentalidade que são traçadas para a população. E assim o biopoder estabelece um “conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa

estratégia política, numa estratégia geral de poder” (Foucault, 2008, p. 3) com a função de modificar o destino biológico e, por corolário, seus referenciais socioculturais.

Martinelli (2023) pontuou que a imprensa e a mídia tiveram um papel de destaque nessa estratégia biopolítica e, portanto, na fabricação do *gay padrão* normalizado, pois através do poder exercido por elas socialmente construíram discursos, representações e subjetividades que afetaram os sujeitos homossexuais, moldando suas vidas e tentando controlar seus comportamentos e prazeres, bem como sugerindo práticas exclusivamente monogâmicas. Mas, também ao focalizarem nesse grupo com vistas a conter o hiv-aids, acabaram por produzir subjetividades e novos sujeitos normatizados e normalizados, não apenas em seu aspecto subjetivo, como também pela construção do biotipo físico e estético desejável, inserindo-se em meio aos traços culturais e sociais característicos da sociedade brasileira, especialmente das homossexualidades.

Esse cenário mostra os efeitos verbais e não verbais da imprensa e mídia, bem como suas consequências práticas. Trata-se, afinal, de um processo que teve desdobramentos e contribuiu para compor um fenômeno biopolítico transnacional que se aliou a outros elementos e produziu além da normalidade gay, iniciada a partir de 1985, uma norma que passou a ser incorporada e aceita como resultado efetivo dessas transformações.

O fenômeno que produziu o *gay padrão* não ocorreu somente no Brasil, como endossa Peter Druker (2017), que o entende como um processo de *homonormatividade* ocorrido na mesma temporalidade aqui analisada, dizendo ter ocorrido em outras partes do mundo. Entretanto, rejeita-se o uso do termo citado, pois tal fenômeno ainda é parte da ação da política sexual cisheteronormativa através de um processo global de circularidade cultural conectada com desdobramentos, apropriações, reapropriações, deslocamentos, significações e reinvenções articuladas a uma escala para além da nacional contemporânea analisada nesse artigo.

Isso quer dizer que atualmente existem semelhanças em relação a essa normatização gay em diversos países, mas tal fato não pode ser entendido simplesmente como importação de um modelo de cultura gay estadunidense gestado no pós-Segunda Guerra Mundial (D’emilio, 1983), nem como um processo exclusivamente nativo. Trata-se de um fenômeno que precisa ser

analisado globalmente, assim como sugere a perspectiva de Conrad (2022) ao compreender a construção do corpo masculino musculoso, viril e tido como o mais belo na contemporaneidade, pois a fabricação estética e subjetiva do *gay padrão* também partilha desse ideal tendo sido, inclusive, acessado inicialmente pelos gays no Brasil através das imagens consumidas nas revistas eróticas da época.

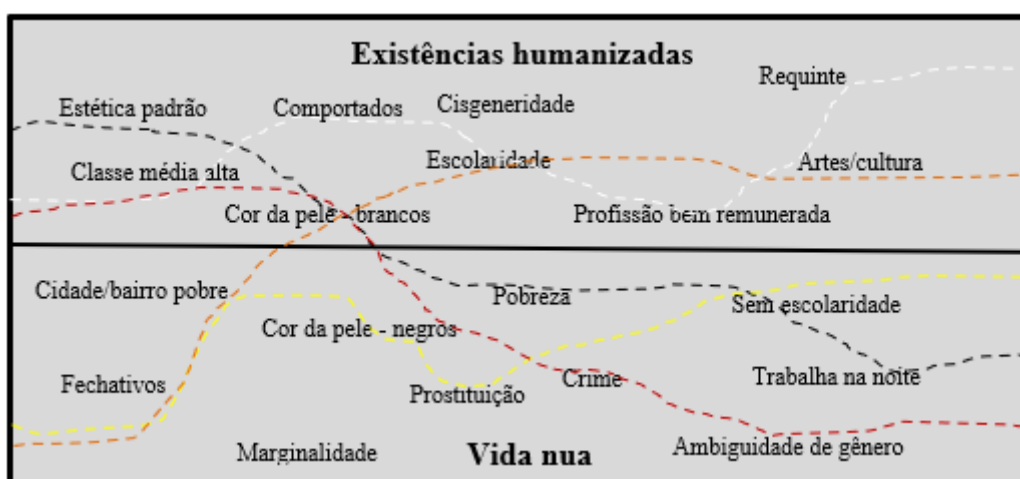
Para melhor entender a fabricação do *gay padrão* e a crescente masculinização e virilização dos sujeitos homossexuais no Brasil, opera-se uma análise com base em duas temporalidades distintas: o tempo de vida nua e o tempo de normatização (Martinelli, 2023). O primeiro período foi chamado de “tempo de vida nua”, compreendido até 1985, quando as pessoas homossexuais sofriam até aquele momento com o processo contínuo de desumanização por diferentes discursos que limitavam seus direitos sociais e individuais ao reforçarem uma suposta anormalidade. Seus desejos e existências homoeróticas eram afetados e não podiam ser visibilizados sem ser alvo de discriminação. Em outras palavras, era-lhes imposta uma vida nua, conforme Agamben (2002), uma vida que valia menos do que as demais, consideradas pessoas que não eram capazes de governar a si mesmas e que tampouco seriam capazes de governar outros, devendo obedecer e existir à margem da sociedade. Evidentemente que essas imposições sociais e institucionais encontravam resistências, especialmente por parcela de homossexuais que não concordavam com tais interdições. No entanto, as tecnologias de poder dominantes permaneciam impondo sobre esse grupo a condição de uma vida nua.

A partir de 1985, por ocasião da despatologização da homossexualidade, aquela racionalidade social começou a ser colocada em xeque e alterada de forma mais potente. Ser homossexual passou a ser normal ou, melhor dizendo, passou a ter um status plausível de normalidade, tal como as pessoas heterossexuais, pertencentes a uma ordem normalizadora e normatizadora da vida. Alterar o código médico não foi uma tarefa simples, mas alterar a cultura homofóbica seria muito mais difícil, por isso frisa-se que mesmo com essa alteração por parte do saber médico, a necessidade de reafirmá-lo socialmente ainda é uma constante. Existem permanências do período anterior, mas também ocorreram muitas mudanças a partir daí, de modo que

essa conquista pode ser tomada como marco de um novo processo entendido como “tempo de normatização”.

Como efeito extensivo da biopolítica voltada ao controle de uma população, as tecnologias de poder vão operar através de um dispositivo de segurança para controlar essa mesma população que, por sua vez, gerará uma operação de normatização, fazendo com que as curvaturas sociais sobre uma determinada variável oscilem umas em relação as outras, visando trazer os elementos desfavoráveis para o campo dos elementos favoráveis (Foucault, 2008). A respeito das homossexualidades, exerceu-se poder sobre as vivências e existências homoeróticas atravessadas por vários marcadores sociais interseccionais que podem ser representados a partir de curvaturas (ver Figura 1). Dois campos opostos e verticais podem ser delimitados: as existências humanizadas, superiores, melhor aceitas; e a vida nua, inferiorizada, marginalizada. Entre esses campos localizam-se as curvaturas singulares que possuem elementos tidos como favoráveis e outros desfavoráveis com base na cultura predominante. Essa operação de normatização fará com que as pessoas homossexuais se aproximem do campo que está sendo valorizado socialmente e que, não custa pontuar, possui várias características e traços da sociedade cisheteronormativa.

Figura 1 – Operação de normatização



Fonte: (Martinelli, 2023).

Esse processo é o oposto do que ocorre no dispositivo disciplinar, que tenta moldar o corpo, adestrar o indivíduo desde seu nascimento, intervindo em várias características suas para adequar-se a uma norma. Este seria o que

Foucault chama de normação: existe a norma e você classifica os sujeitos em normais e anormais com base nela (Foucault, 1999). Na normatização biopolítica se dá o inverso, diante da pluralidade de vivências homoeróticas se intervém visando trazer um contingente plural para o campo tido como favorável, aceito socialmente. Essa visibilização produzirá uma norma, ou seja, a compreensão de que para ser homossexual e ser mais respeitado e aprovado socialmente é necessário reproduzir a norma produzida pelas curvaturas do campo favorável.

Que modelo seria esse? Trata-se daquele em que o sujeito pode se dizer homossexual, gay, ou adepto dos prazeres homoeróticos, mas que seja comportado, discreto, cisgênero, evitando exposição e exibição sexual, encarada por outrem como proselitismo. Deve ser alguém que reitere os princípios da moralidade vitoriana de recato público, que trabalhe, estude e alcance a prosperidade utópica prometida pelo neoliberalismo. Um sujeito branco, classe média urbana que vai cobiçar a virilidade masculina exaltada na mídia e perseguirá o caminho para se construir como um gay dotado de um biotipo físico forte, musculoso, bronzeado e atraente. Essas características irão compor uma tribo singular no universo homossexual que consome lugares (bares, academias, baladas), mas também nos lugares (estabelecimentos específicos) (França, 2012) onde sua identidade é produzida, reproduzida, afirmada, visibilizada, consumida e deseja. Em suma, uma maneira de ser um gay aceito socialmente, porém tributário e cúmplice da cisheteronormatividade.

As tecnologias de poder biopolíticas da imprensa e das mídias através da sua ação de governamentalidade contribuíram para manter o controle e a segurança dessa população homossexual, produzindo também subjetividades e intervindo na estética desses sujeitos. É através dessa ação no cenário brasileiro, nos traços culturais característicos desse país e a partir das transformações que ocorreram na época com seus entrelaçamentos transnacionais que um novo sujeito foi produzido, ao mesmo tempo em que essa operação de normatização foi gestada. A quantidade de pessoas que aderiram a essa fabricação estética e subjetiva, bem como a sua difusão proselitista contribuíram para a criação do modelo de beleza gay desejado e usado como referencial para ser assim ou querer eroticamente alguém que o

fosse, havendo críticas e resistências à imposição desse padrão hierárquico estabelecido.

Um novo sujeito e estilo de vida: o *gay padrão*

O processo de transformações pelo qual o Brasil passou entre os anos 1980 e 1990 contribuiu de diversas formas para que o fenômeno biopolítico de fabricação do *gay padrão* fosse produzido, sobretudo no “tempo de normatização”. Um primeiro elemento a considerar é a assunção da homossexualidade, ou seja, o investimento para que as pessoas passassem a reconhecer-se como homossexuais e dizer-se homossexual, bem como expressões variantes, tal como a palavra *gay*. Assim, podem-se distinguir ambas: enquanto a primeira identificaria um sujeito singular conforme os postulados da área da saúde, a segunda nomearia a identidade de um sujeito. Evidentemente, as duas terminologias podem e foram usadas enquanto identidades para os sujeitos; contudo, a palavra *gay* difundiu-se e foi melhor aceita do que as demais palavras.

A imprensa brasileira fazia menção ao termo *gay* desde a década de 1960, ora referindo-se aos sujeitos masculinos e/ou efeminados – leia-se, nascidos com um pênis e possuindo desejo homoerótico –, ora de maneira genérica contemplando todas as pessoas que integrariam essa população. No começo dos anos 1990, surgiu a sigla GLT em referência a gays, lésbicas e travestis, como parte da ação politizada do movimento homossexual brasileiro a partir daí rebatizado. A expressão *gay* passou a ocupar o lugar da identidade *entendido* (Guimarães, 2004) de outrora, ou seja, que caracterizava especialmente sujeitos masculinos com desejos homoeróticos, pertencentes à classe média urbana, possuíam além da alta escolaridade um apreço por bens simbólicos, uma expressão performativa e identidade cisgênero, agindo socialmente conforme aquilo que era esperado para homens, podendo até passar por heterossexuais socialmente. Para esses integrantes, os papéis sexuais (ativo/passivo) não traduziam as suas experiências homoeróticas. E é partilhando dessas características que a identidade *gay* foi produzida e nela o protótipo tornado padrão de beleza e desejo.

O corpo de um homem de verdade, aquele idealizado pelo discurso essencialista, fazia parte dos devaneios de muitos homossexuais que o desejavam, porém, havia uma pluralidade de maneiras de ser homem na sociedade, com distintas características. Nem todos desejavam o mesmo biotipo físico e padrões de beleza variaram ao longo do tempo e espaço.

No fim da década de 1970, o arquétipo veiculado em jornais voltados ao público gay como *Lampião da Esquina* (1978-1981) e a *Revista Rose* (1979-1983) apostou no biotipo longilíneo, branco, jovem, imberbe e com poucos pelos como o produtor do desejo homoerótico. A revista *Rose* veiculou em uma resposta dada ao público leitor que:

Os conceitos de beleza estão sujeitos a variações de pessoa para pessoa, e também se alteram de época para época. Assim, houve períodos em que a curtição eram os corpos roliços. **A tendência atual parece ser a beleza dos tipos longilíneos** (Cartas, 1980, p. 38 – grifo nosso).

Acreditava-se que esse era o modelo de beleza masculino do momento, tanto que esse biotipo era o veiculado por essa revista erótica e de consumo. O discurso era reproduzido, creditado pelas imagens e acreditado por parcela das pessoas que o consumiam. O jornal *Lampião da Esquina* ao fazer propaganda para aumentar as suas vendas usou o mesmo biotipo para seduzir o público leitor:

Figura 2 – Modelos de beleza masculinos do começo dos anos 1980.



Fonte: *Lampião da Esquina*, n. 20, 1980, p. 19.

Rose, n. 79, [1982], p. 1.

Na segunda metade dos anos 1980, é possível observar com maior nitidez o aparecimento de outro corpo masculino produzido como belo e atraente nas revistas eróticas brasileiras. Difundido na imprensa homossexual, mas também em outras mídias e visto na sociedade, tratava-se do biotipo musculoso, viril e com aparência adulta. *Spartacus* (1987-1990) é a primeira brasileira de que se tem conhecimento a difundir esse modelo estético robusto que coincidiu com a reprodução feita por outras mídias, como os famosos filmes de mesmo nome do personagem principal – *Rambo* que chegavam ao Brasil e eram assistidos nos cinemas e também na televisão aberta. Programas de televisão aproveitaram essa fama e ajudaram a divulgá-lo, visando conquistar mais audiência como os concursos do “*Rambo Brasileiro*” realizados no Programa *Viva a Noite*, apresentado por Gugu Liberato.

Na mesma época a travesti Eloína dos Leopardos, como ficou conhecida, iniciou shows com garotos que dançavam e sensualizavam no palco. Para ela a ideia de colocar homens nus dançando e se despindo no palco era inédita, tendo em vista que tais espetáculos já eram feitos, mas por mulheres. O empreendimento de Eloína surtiu efeito e ganhou visibilidade por onde passou, chegando a ser noticiado na imprensa e apresentado no exterior. Os artistas em cena tinham um corpo definido, se despiam, sensualizavam e interagiam com o público em espetáculos conhecidos como *Noite dos Leopardos* (Leopardos, 2017).

Figura 3 – Modelos masculinos da segunda metade dos anos 1980



Fonte: *Spartacus*, n. 1, 1987, p. 1.

Spartacus, n. 6, 1988, p. 1.

Esses exemplos evidenciam algumas das transformações que ocorreram naquele momento histórico e que foram concomitantes, modificando as subjetividades dos homossexuais, interferindo na construção dos seus corpos, moldando-os conforme aquilo que estava sendo enaltecido como belo, atraente e inaugurando o nascimento de uma normalidade homossexual. Além disso, produziram-se desejos eróticos sobre esses mesmos corpos num processo crescente no decorrer do tempo de objetificação falocêntrica. De um lado houve os que ficaram seduzidos por essas transformações e passaram a buscar obter um corpo como aquele; de outro os que somente queriam possuir tais corpos, não tendo o desejo de ser assim.

Parcela dos homossexuais era consumidora também de um tipo de cultura letrada, informando-se, mas também formando-se através dos veículos de comunicação que adquiriam. Em 1994 circulou uma revista produzida no Rio de Janeiro e difundida em todo o país e que surgiu como mais um dos produtos direcionados aos homossexuais. Tratava-se da revista *Sui Generis*, que perdurou até o ano 2000, e que seria a “primeira revista brasileira a trazer discernimentos sérios e futilidades chics dirigidas para homens e mulheres gays. Mas não exclusivamente”, conforme o editor Nelson Feitosa (1995). As discussões abordadas nessa revista distinguiam-se das que existiam até então e diferenciava-se, sobretudo, por não usar o erotismo como

parte do seu projeto editorial, ao contrário, faziam questão de evitá-lo, distanciando-se das revistas eróticas e/ou pornográficas. O leitor dessa revista era classe média urbana e/ou classe média alta e as notícias e artigos eram elaborados para esse público consumidor.

Para Marcus Antônio Assis Lima (2018), através da revista *Sui Generis* foi construído um estilo de vida gay considerado apropriado na medida em que comportamentos, valores e hábitos passaram a ser incorporados por gays e lésbicas. Esse estilo era representativo de vivências e experiências gays que existiam na sociedade, passando a aparecer também nessa revista, formando e transformando essa cultura sexual.

Entende-se que esse estilo de vida foi produto da operação de normatização gay. E se esse estilo de vida estava transformando a vida de gays na sociedade, era porque a ação tecnológica das mídias normatizava também todo produto simbólico desse estilo. O modelo capturado e enaltecido na revista é resultado desse fenômeno transnacional e que ocorreu no Brasil no fim do século XX, produzido como uma norma de ser gay. Uma forma considerada mais digna, valorizada e respeitada, pois era extensiva da biopolítica cisheteronormativa sobre a população homossexual.

Cabe lembrar que a partir da década de 1990 houve um crescimento no mercado de produtos voltados a pessoas homossexuais das quais faziam parte revistas, colunas ou seções assinadas em jornais de grande circulação. E assim, agências de viagens, empresas de turismo, bares, saunas, boates e outros estabelecimentos abriram as portas para a população homossexual frequentar sem prejuízo à sua identidade, passando a ser um nicho de investimento para muitos empresários (Nunan, 2003; Reinaldo; Bacellar, 2008).

Foi por meio do denominado mercado GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) que também se viabilizou a integração dessa população a uma sociedade cisheteronormativa. Esses locais se tornaram, assim, mais do que meros pontos de encontro; eles representaram uma mudança paradigmática ao deslocar a dinâmica social das margens para o centro. Esses espaços não apenas possibilitaram a saída dos guetos e locais previamente delimitados da cidade, mas também facultaram a esse novo sujeito homossexual normalizado a ocupação e consumo nos mais diversos mercados, bem como permitiram a aceitação social.

De fato, os efeitos do neoliberalismo ajudaram para que homossexuais fossem melhor aceitos socialmente neste “tempo de normatização”, especialmente aqueles com poder de compra, visando o seu dinheiro cor-de-rosa. No entanto, cobrou o seu preço por isso. Poucos tinham condições de sustentar o estilo de vida “classe média urbana” e os que não tinham essas condições possuíam vivências desfavoráveis, sendo empurrados novamente para uma vida nua e uma consequente identificação de sua condição “anormal” sujeita à negação e à violência social. Por outro lado, essas mesmas pessoas também eram afetadas emocionalmente. Os sonhos e desejos distantes e inalcançáveis geravam ainda mais frustração e decepção, pois muitos não possuíam as reais chances de poder fazer parte desse séquito de gays revestidos dos códigos aceitáveis da normalidade social.

A operação de normatização vai produzir uma norma gay e a partir do momento em que ela é produzida é possível efetuar normalizações, ou seja, separar os sujeitos que integram o grupo tido como normal daqueles considerados anormais, com uma vida nua – passível de serem mantidas as discriminações sociais – sinalizando-as como vivências homoeróticas não validadas pela cultura dominante. É a ação de tecnologias de poder biopolíticas nas mídias e imprensa que vão conectar-se com outros componentes presentes na conjuntura dos anos 1980 e 1990 que resultarão na configuração de uma norma gay.

Aqueles que adotaram uma estética robusta, viril, com os pelos do corpo aparados e preocupados com a sua aparência, traduzida no cuidado com o corte de cabelo, a barba, sobrancelha, a pele, na escolha das roupas para vestir para frequentar determinados lugares, mas também os consumindo (França, 2012) como parte da sua identidade, passaram a ser chamados de *barbies*. Era o nome alusivo à boneca criada na década de 1950, com um biotipo físico de feminilidade que foi tornado atraente pelas tecnologias de poder biopolítico e normalizador com o passar do tempo. Assim, a tribo das *barbies* era o grupo composto por gays que gozavam de uma estética valorizada socialmente, produzida como objeto do desejo homoerótico. Eram sujeitos que usavam determinadas marcas de roupas e acessórios, curtiavam determinados tipos musicais, tirando a camiseta nas baladas para mostrar seus músculos rijos e chamar a atenção dos presentes.

Tudo isso fazia parte da construção, manutenção e visibilidade dessa identidade padrão chamada de *barbie*, cujo protótipo foi tornado padrão de beleza, charme e elegância. Eram cisgênero e portavam-se socialmente de um modo masculino, o que os fazia ostentar um status de normalidade e privilégio diante da população homossexual. E eram esses estilos de vida, vivências e existências que acabaram sendo humanizados, tidos como normais e melhor aceitos do que outros.

Em tempo, cabe destacar que após a criação da norma a qual todos os gays deveriam supostamente seguir para serem melhor aceitos, operou-se a normalização das suas existências. Isso significa que as vivências homoeróticas passaram a ser separadas conforme a sua adequação ou não a norma fabricada, ou seja, classificando os sujeitos em normais ou anormais. Além disso, anteriormente apenas uma parcela de gays atravessada pelos marcadores sociais da diferença como a origem étnico-racial, geração, classe, expressão performativa de gênero, comportamento, local de moradia, escolaridade e profissão era capaz de arcar com os custos para construir-se estética e subjetivamente tendo como referencial a norma gay para tornar-se um gay padrão. Os demais sujeitos também foram seduzidos pelas benesses dessa normalização e parte deles tentou (e ainda tenta) alcançar os signos que lhe conferirão essa distinção social, bem como no universo homossexual.

Considerações finais

O fenômeno biopolítico transnacional analisado é parte de um processo global conectado à emergência de uma identidade gay estadunidense e da construção do corpo masculino musculoso como objeto de beleza e de desejo pela cultura predominante contemporânea. A circularidade dessa cultura acarretou diferentes formas de apropriação, reapropriação, traduções, deslocamentos e reinvenções que produziram novos hábitos, gostos, desejos, corpos, subjetividades e sujeitos gays, tanto nos locais onde tais transformações parecem ter sido gestadas quanto nos territórios que tiveram contato com ela. Tal fenômeno não pode ser interpretado de maneira unilateral, pois as interrelações modificaram essa cultura gay no decorrer no tempo.

Nesse sentido, o surgimento do *gay padrão* é parte desse fenômeno, mas que não pode ser entendido como mera importação de um modelo estrangeiro, mas de um processo global que surgiu no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, configurando-se em meio aos acontecimentos vividos naquele período e às próprias singularidades da história e cultura sexual brasileira. É em meio a esse contexto que ocorreu a cisão no entendimento acerca das homossexualidades, sobretudo para os gays, sendo possível analisá-la a partir de duas temporalidades: o “tempo de vida nua” e o “tempo de normatização”.

As tecnologias de poder biopolíticas da imprensa e da mídia naquela conjuntura acabaram por produzir um processo de normatização gay que fabricou uma forma de ser gay aceitável na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que sinalizava as existências e vivências não aceitáveis. O *gay padrão* foi o modelo estético, subjetivo e político construído nessa conjuntura como resultado desse processo histórico permeado de tensões, protagonismos e assujeitamentos. Uma norma de ser gay foi fabricada em resposta às exigências biopolíticas de normatização e a partir dela normalizações puderam ser engendradas. Dentre as pessoas subalternizadas pelo sistema cisheteronormativo por serem homossexuais, um sujeito emergiu como o mais privilegiado, o *gay padrão*: refém das tecnologias de poder que o produziram, enaltecido por ser tido como o modelo de beleza, desejo, charme e respeitabilidade gay mais valorizado; mas que foi também alvo de críticas por reproduzir os signos da cisgeneridade privilegiada socialmente, bem como pelo machismo e misoginia perpetrados por parcela dos integrantes desse grupo.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

A MULTIPLICAÇÃO do mal: a AIDS se espalha. **Veja**, São Paulo, n. 884, 14 ago. 1985, p. 56.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARTAS. **Rose**, Curitiba, n. 22, 1980, p. 38.

CARTAS. **Veja**, São Paulo, n. 886, 28 ago. 1985a, p. 10.

CARTAS. **Veja**, São Paulo, n. 887, 4 set. 1985b, p. 10.

CONNELL, R. **Masculinidades**. México: UNAM, 2003.

CONRAD, S. A globalização do corpo ideal na virada do século XIX para o XX. Aula inaugural do PPGH da UFSC proferida em 2022. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=3idWccFqt_s. Acesso em 02 nov. 2024.

DANIEL, H. A síndrome de nossos dias. In: DANIEL, H.; PARKER, R. **Aids – a terceira epidemia**: ensaios e tentativas. São Paulo: Iglu, 1991. p. 115-123.

D'EMILIO, J. **Sexual Politics, Sexual Communities**: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940-1970. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

DRUCKER, P. A normalidade gay e a transformação *queer*. **Cadernos cemarx**, Campinas-SP, n. 10, p. 197-217, 2017.

FEITOSA, N. Editorial. **Sui Generis**, Rio de Janeiro, n. 1, 1995, p. 4.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020a.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade IV**: as confissões da carne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANÇA, I. L. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares**: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

GREEN, J. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2022.

GUIMARÃES, C. D. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-345, 1984.

LEOPARDOS, E. **Memória da diversidade sexual**. Direção de Luffe Steffen. Produção de Edu Lima. São Paulo: Museu da diversidade sexual, 2017. 57'. Disponível em: <https://culturaemcasa.com.br/video/memoria-da-diversidade-sexual-eloina-dos-leopardos/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LIMA, M. A. A. **O estilo Sui Generis de vida gay**. Uberlândia, MG: o sexo da palavra, 2018;

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2012. [E-book sem paginação].

MARTINELLI, L. da S. **Da normatização à normalização de masculinidades homoeróticas**: uma arqueogenealogia do gay padrão no Brasil (1980-1999). Doutorado, CFH-UFSC, Florianópolis, 2023.

MOTT, L. (Ed.). **Boletim do Grupo Gay da Bahia (1981-2005)**. Salvador: Ed. GGB/Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

MORANDO, L. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **REBEH**, Cuiabá, v. 1, n. 4, p. 62-76, out.-dez. 2018.

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003.

PARKER, R. **Abaixo do equador**: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.1, p. 125-157, 2009.

QUEIROZ, L. G. M. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 1, n. 4, p. 62-76, out.-dez. 2018.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Doutorado, USP, São Paulo, 2017.

REINALDO, F.; BACELLAR, L. **O mercado gls**: como obter sucesso com o segmento de maior potencial na atualidade. São Paulo: Ideia & Ação, 2008.

RODRIGUES, R. de C. C. Mitos, categorias e cristais: revisitando os clássicos do movimento homossexual brasileiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 43, n. 93, p. 265-286, 2023.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, P. R. **A invenção do sair do armário:** a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000). Doutorado, CFH-UFSC, Florianópolis, 2019.

TIMERMAN, A.; MAGALHÃES, N. **Histórias da AIDS.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.